

SERÁ A ETNICIDADE A CULPADA?*

AS CIÊNCIAS SOCIAIS, A JUGOSLÁVIA, ANGOLA E OUTROS

MICHEL CAHEN*

Na actual onda de novas guerras como a Sérvia, a Serra Leoa, a Libéria, os Congos ou a continuação de intermináveis guerras civis tão antigas como Angola ou o Sudão, ouve-se muitas vezes dizer que se trata de países inviáveis, uma vez que estão divididos entre tribos ou etnias irreconciliáveis que destroem a nação, que são guerras ancestrais, etc. Às vezes, as religiões tomam o lugar das etnias como no Sudão onde seriam os muçulmanos do Norte contra os cristãos do Sul. Às vezes confunde-se um conflito de castas com um conflito de etnias, como no caso dos Hutus e dos Tutsis.

Essa maneira de ver corresponde sensivelmente àquilo a que chamamos em francês o essencialismo (*essentialisme*) e a que os anglófonos chamam primordialismo (*primordialism*). Desvinculam completamente as identidades culturais das identidades sociais, embora considerem que as primeiras têm um profundo impacto sobre a sociedade. Mas, segundo o essencialismo, as referências de ordem cultural não evoluem com a sociedade, dado que a cultura é uma segunda natureza : ninguém se torna sérvio ou zulo ou judeu, tendo crescido, tendo sido educado, e socializado numa sociedade sérvia, zulo ou judaica, *nasce-se sérvio, zulo ou judeu*.

À parte as correntes de extrema-direita, a afirmação aberta de tais teorias é pouco frequente, nomeadamente nos meios dos cientistas sociais. Mas ela é uma ideologia muito forte que inunda mais ou menos os *media* : é a explicação mais fácil, isto é, toma-se a *imagem do conflito* para o *próprio conflito*. A consequência política mais frequentemente oriunda dessa maneira de ver, excluindo já a da extrema-direita, é que a única solução é a de um Estado não pactuar com as etnicidades, porque é perigoso demais, sem ver que, quase sempre, este tipo de Estado a-étnico, de facto é o da etnia dominante (que não significa necessariamente a mais numerosa).

Creio que a grande maioria dos cientistas sociais recusa o essencialismo e o primordialismo, e, historiadores, antropólogos, politólogos, mostram que *as identidades étnicas não são mais que uma forma das identidades sociais, são um produto social, não são estáveis, são trajectórias*, referem-se, como disse Jean-Loup Amselle, a « lógicas mestiças », porque a busca das origens não é mais que um mito, etc. Além disso, os cientistas sociais mostram que *nunca há uma identidade única*, mas que o indivíduo tal

* Centro de Estudos da África Negra/Instituto de Estudos Políticos de Bordéus.

como as comunidades, possuem várias identidades, religiosa, profissional, de castas, étnica e até várias etnicidades para o mesmo grupo : pode-se ser basco e francês, e, segundo os contextos, os indivíduos ou comunidades sentem *a necessidade social de se exprimirem através de uma essa ou outra identidade*. Mas aí interferem os jogos de poder, as manipulações, que exageram a importância desta ou daquela identidade.

Eu concordo com tudo isto, mas...

As identidades sociais, as trajectórias e a política

Eu concordo, mas *não é suficiente* e, a meu ver, pode conduzir, e conduziu, a consequências políticas desastrosas, nomeadamente na periferia onde os Estados muitas vezes *não são vectores de promoção social* (em francês, diria *États socialement non promouvant*). Com efeito, o facto de reagir, precisamente, ao essencialismo, ao se focar as raízes sociais das identidades, e, desta feita, a evolução permanente e a natureza da trajectória das mesmas, leva muita gente a considerar a *expressão política actual das etnicidades* como dúbia, duvidosa, produto *só* de manipulações visto que uma trajectória não deveria produzir um projecto político próprio. Pelo menos, subestima-se a pertinência, a legitimidade, o significado dessa expressão política. Parece legítimo que as diferenciações *sociais*, as classes nomeadamente, produzam expressão política – partidos, por exemplo – porque são realidades, enquanto as diferenciações identitárias não deveriam produzir nada de tal porque se referem ao imaginário. Assim, *coloca-se em oposição as realidades sociais às identidades imaginárias, e confunda-se o imaginário com o inexistente*. Ora o imaginário, obviamente, existe, e é, como dizia Karl Marx, *uma ideia socialmente organizada*.

Uma boa maneira de nos aproximarmos desta problemática, é voltar à questão da trajectória. Sim senhor, toda a identidade é uma trajectória, não tem nada de estável, etc. Mas *será que os indivíduos vectores dessa identidade a sentem como trajectória* ? Se eu explico a um Zulu que é uma trajectória, que no início do século XIX a zuluidade não existia, que pode amanhã desaparecer, terei eu uma boa probabilidade de o convencer a abandonar reivindicações étnicas ? Obviamente que não, porque *a trajectória da identidade é sentida, num momento n, como situação estável* e que sempre existiu, pelo indivíduo portador. O que quer dizer que a expressão (porventura política) daquela identidade funciona *como se aquela identidade fosse permanente e estável* – o que explica a força dos mitos das origens.

Dois minúsculos exemplos. Um dos pilares fundamentais da nação França, de que toda a gente acredita que existiu desde sempre, é o... *steak frites* (bife de carne picada com batatas fritas). Na realidade, o *steak frites* não tem muito mais do que um século ! Faço o prognóstico que, daqui a cinquenta anos, um dos pilares fundamentais da nação Portugal, será o... frango na brasa com piri-piri, e ninguém sequer se procurará lembrar que foram os retornados a africanizar um bocadinho os Portugueses depois de 1975.

Esta oposição entre o imaginário e o real, ou a confusão entre o imaginário e o inexistente, provoca de facto *uma cisão conceptual entre a nação e a etnia*, isto é uma desvalorização da etnia em prol da nação, mas que de facto, *cobre uma confusão entre nação e Estado*. Isto é, a etnia referir-se-ia ao imaginário, enquanto que a nação já seria uma estrutura política real, isto é um Estado (ou desejo de Estado).

A dialéctica das gerações sociais

A meu ver, *deve-se acabar de vez com a separação conceptual entre nação e etnia*, mas pelo contrário *deve-se distinguir cuidadosamente a nação e o Estado*. As nações tal como as etnias são comunidades desenhadas por um imaginário de referência comum. Isto é, *não é a nação, ou a etnia, que provoca a nacionalidade ou a etnicidade, é o contrário* : é a nacionalidade, é a etnicidade, que *desenha* a nação ou a etnia. Isto não quer dizer que se pode dar, como Estaline tentou, a definição de uma nação. Quem é que me vai dar a definição da França ? Mesmo tomando o caso de Portugal, talvez a nação mais homogénea de toda a Europa, se tomarmos o factor linguístico, tal não é possível (ou então os Brasileiros seriam portugueses), se tomarmos o factor religioso, também não (ninguém vai negar aos protestantes a sua portugalidade), se tomarmos o factor das origens, não temos um critério verosímil (desde os Iberos, os Romanos, os Visigodos, os Vândalos, os Árabes, os Negros e até os exércitos napoleónicos, vocês são todos mestiços), etc. A única definição da nação ou da etnia é que faz parte dela aquele que *sente* que faz parte dela : é zulo ou judeu aquele que diz, que sente que é zulo ou judeu.

Mas, se não se pode definir uma nação ou uma etnia, pode-se definir o processo de produção da nacionalidade ou etnicidade, o que é importantíssimo para perceber bem *a dialéctica entre as relações sociais de hoje e de ontem na produção do imaginário*. A etnicidade não é só um produto subjectivo das relações sociais de hoje. Se assim fosse, tratar-se-ia de identidades sociais exactamente correspondentes com a estrutura económica, como as classes sociais. (Tal raciocínio foi por exemplo feito por alguns marxistas alemães do século XIX, os quais alegavam que, se a identidade judaica tinha raízes no passado medieval da Europa central – especialização profissional no ofício do dinheiro, dadas as proibições existentes –, já o capitalismo moderno ultrapassara tudo aquilo e, assim, aquela identidade deveria, naturalmente, vir a desaparecer depressa, a não ser que se organizasse uma manutenção quimérica, ou seja, reaccionária : dividir para reinar). *Pelo contrário*, na etnicidade entra a memorização de relações sociais do passado cujo fundamento social desapareceu, e *precisamente por isso* essa memorização se tornou cultural, e já não só social. Só que, obviamente, essa memorização *cultural* do passado *social* entra em inter-acção com as relações sociais de hoje e produz uma trajectória identitária.

Isto significa que a etnicidade (ou nacionalidade) é *um processo histórico de cristalização identitária produzido numa comunidade humana, da confrontação permanente entre a memorização cultural das relações sociais do passado e as relações sociais do presente*.

Isto significa que a etnicidade é com efeito um *produto social*, mas *nunca será reduzível a um produto social do presente social*. É neste ponto, e só neste, que discordo do paradigma das identidades sociais que tende a homogeneizar toda e qualquer identidade social como produto social *presente*, subestimando o papel estruturante da cultura como memorização social. A etnicidade é social, mas este social não é só o actual. Isto explica também porque é que muitas vezes a identidade étnica é tão próxima da identidade religiosa ou de castas, porque estas também são um produto social presente do confronto entre a memorização cultural das relações sociais do passado e as relações sociais de hoje, mas não se referem aos mesmos níveis do imaginário (a etnia abraça a totalidade de uma comunidade e todas os seus estratos sociais, o mesmo já não se passa com a casta, imaginário social relativo a uma categoria ; a etnicidade insere-se no domínio do vivo, enquanto a identidade religiosa já se encontra no domínio do sagrado, isto é da morte).

Essa dialéctica entre relações sociais de épocas diferentes permite-nos perceber o que eu chamo a autonomia da etnicidade em relação ao presente social (e, dentro deste, ao presente político). Esta autonomia significa que o comportamento do grupo étnico *nunca vai corresponder à situação objectiva do presente* : a sua reacção para com um fenómeno que a interpela vai continuar a integrar não só a situação social presente, mas a injeção no presente do passado social culturalmente memorizado.

Assim os Ucrrianos não vão sentir de forma objectiva uma opressão czarista ou, mais tarde, estalinista, mas uma opressão russa. Os Bascos não vão sentir uma opressão franquista, mas castelhana. Os Irlandeses não vão sentir uma opressão colonial, mas inglesa. Os Macuas de Moçambique não vão sentir o peso dos desequilíbrios sociais oriundos da colonização, que a Frelimo não mudou, mas vão sentir uma opressão dos Changanes.

É precisamente por isso que numerosos marxistas ou democratas de outros quadrantes não gostam das expressões étnicas quando estas assumem formas políticas, mas permitem a sua vivência conquanto elas fiquem no domínio folclórico... , porque parece-lhes que elas tendem a desviar a luta dos seus « verdadeiros fins ». Só que esses « verdadeiros fins » só o são a um nível meramente teórico, economicista, porque não são sentidos pelas populações.

Numa polémica com Samir Amin, este veio a acusar-me de considerar a revolta dos Mau-Mau do Quénia como uma revolta étnica kikuyu « como se pode ler numa certa literatura etnográfica », enquanto que para ele, tratava-se de « um levantamento de camponeses expropriados das suas terras pelo colonizador » que se apoderou assim das mesmas. É óbvio que Samir Amin tem razão quando diz que houve um levantamento de camponeses expulsos das suas terras. Será que estou errado ? O erro está ao se opor as duas dimensões. Porque só podemos constatar que os Kikuyus expulsos não criaram a « Liga do proletariado rural do Quénia » (consciência de classe), mas revoltaram-se em nome dos mitos da floresta e segundo as suas linhagens, isto é em funções de linhas identitárias disponíveis no seu contexto histórico e cultural (consciência étnica). Isto é : temos uma *opressão social*, que provoca uma *resposta*

identitária, que por sua vez produz uma *força social*. A luta é, inquestionavelmente, social, só que faz exprimirem-se comunidades que talvez não fossem do agrado dos partidários da « nação queniana » independente : não se tratava de « nacionalismo queniano ». Isto provoca muitas vezes uma certa suspeição dos sectores progressistas em relação à *fase étnica do levantamento social*, e facilita, desta forma, a sua apropriação pelos sectores mais tradicionalistas, ou reaccionários, ou ex-estalinistas (no caso da ex-Jugoslávia), etc. (se, a propósito do sentimento de opressão sulista que um Macua do Norte de Moçambique pode exprimir, o militante democrata lhe diz : « Não, você não é Macua, você é um proletário rural », é provável que ele ouça com agrado o discurso do autêntico tribalista que lhe vai dizer que, com certeza, ele é Macua e vive oprimido « pelos Changanes »). A identidade étnica não é nem reaccionária nem progressista : ela é. Por isso mesmo, a questão principal é a da direcção política da mesma.

Nação e etnia

Voltando à questão da nação, vê-se que, se falarmos das *identidades vividas*, e não dos projectos nacionalistas e teorias políticas dos possuidores do Estado, *a nação não é mais nada que uma etnia* : a nação França (não digo nem a república da França, nem a totalidade dos habitantes da França) é uma etnia, a nação Portugal também, tal como os Bacongós ou os Macuas. O conceito é o mesmo, repito : *processo histórico de cristalização identitária produzido, numa comunidade humana, do confronto permanente entre a memorização cultural das relações sociais do passado e as relações sociais do presente*. No entanto, uma vez definido o conceito e o processo, há que ver os inúmeros nuances que a historia produziu : há vários graus de duração e de intensidade das cristalizações identitárias. Por exemplo, o historiador pode constatar que, apesar de ter desaparecido varias vezes na história como entidade política, a Polónia continuou sempre a se exprimir como identidade. É uma nação, cristalização identitária de forte duração e intensidade. Podemos dizer exactamente a mesma coisa dos Bacongós : a existência daquela identidade é testemunhada desde que os Portugueses chegaram na foz do Rio Zaire, e nunca deixou de se exprimir, apesar do enfraquecimento e do desaparecimento da sua organização política (Reino do Congo). Mas nos casos dos Changanes de Moçambique, é diferente : como é do conhecimento geral, a identidade changane é um produto muito recente (fim do século XIX), oriundo da ngunização parcial de uma parte dos Rongas. Ninguém pode afiançar que aquela identidade vá perdurar, cristalizar-se ou então lentamente voltar ao substrato ronga. A identidade changane faz parte da categoria étnica, mas seria exagerado falar em nação. Podemos dizer exactamente a mesma coisa dos Macuas. Até 1974, se os antropólogos detectassem um grande grupo etnolinguístico, não se podia dizer que havia uma consciência de grupo naquela escala, uma etnia macua. Depois de vinte anos de poder sulista, é certo que houve, em 1994, nas eleições, expressão clara de uma consciente identidade macua. Vai ela perdurar, ou retroceder ao nível mais local das linhagens e

clãs? O historiador só pode esperar para ver. (Isto depende em grande parte do processo de democratização do país, de um melhor equilíbrio no desenvolvimento regional, da existência ou não de um Estado de progresso social, etc. Se a esmagadora maioria dos investimentos continuam a ser feitos só no corredor do Maputo e, num menor grau, no da Beira, é obvio que esses desequilíbrios económicos e sociais produzirão respostas étnicas. Já escrevi algures que, aquilo que uma guerra civil atroz de quinze anos não conseguiu – a etnicização do país –, é muito possível que o liberalismo selvagem de hoje consiga realizá-lo em poucos anos.)

Mas esses exemplos também mostram que a diferença entre nação e etnia não está nada no domínio político, como se diz habitualmente a propósito da nação (que seria política) em relação à etnia (que seria cultural). Os Bacongos não tiveram expressão política em 1992, o que não significa em nada o desaparecimento da sua identidade nacional. Os Macuas tiveram uma expressão política em 1994, o que não é suficiente para dizer que temos aqui o primeiro passo de uma nova nação. Foram as teorias políticas dos Estados centralizados (como a França e Portugal) que confundiram de propósito os conceitos de Estado e de nação, politizando esta em detrimento da análise da identidade, o que permitiu a desvalorização das identidades desde então periféricas ou residuais.

Mas precisamente porque se distingue bem o facto identitário das eventuais formas políticas da sua expressão, o facto de dizer que há uma nação bacongo não impõe, em si, mecanicamente, que deve haver uma Estado-nação bacongo. A nação quer o melhor para ela, mas este melhor nem sempre está na unidade ou na separação. Por exemplo, os Bacongos residem actualmente em cinco territórios (sul do Gabão, Congo, Congo-D., Norte de Angola e enclave do Cabinda). Mas até hoje, essas fronteiras nunca foram realmente sentidas como divisões, mas muito mais como soldaduras, como fontes de riqueza económica (o comércio profícuo de um a outro lado da fronteira) : a reivindicação pan-congo existe, mas fica muito incipiente. Ao contrário, ninguém pode dizer se a melhor solução para a nação Catalunha vai ser separar-se da Espanha, para a nação Quebeque separar-se do Canadá, ou se a nação Galiza unificar-se com Portugal. Tudo depende dos contextos.

Mas o que importa é tomar muito a sério a etnicidade nas suas várias expressões políticas possíveis, isto é *integrá-la na democracia política e não erguer a democracia contra a etnicidade*.

Vou-me debruçar sobre dois exemplos muito recentes, e trágicos : a Jugoslávia e Angola.

O falhanço jugoslavo

A multi-etnicidade da Jugoslávia não era um factor suficiente de fracasso, apesar da memória histórica de vários confrontos. Não podemos, no entanto, esquecer que, se o titismo não foi comparável ao estalinismo clássico, era um sistema de partido único que nunca permitiu o debate pacífico e alargado sobre aquela e outras questões.

Foi-se mantendo um certo equilíbrio, mas mais por arbitragens da cúpula do que por expressão democrática. Esse equilíbrio começou a ser destruído quando a Jugoslávia aderiu ao FMI (foi o primeiro país do Leste a fazê-lo, em 1971). Este organismo internacional impôs obviamente uma política económica favorável à produção de divisas convertíveis (para reembolsar os empréstimos). Foi o início do turismo de massa no Mar Adriático, mas sobretudo o aumento das diferenças entre repúblicas ricas e repúblicas pobres na federação, e o aumento dos rancores (obviamente sentidos no quadro da tradição de rivalidade croato-sérvia, aquele sentimento de permanência da trajectória identitária, que vimos atrás). Numa situação já muito degradada, e onde as burocracias dos Estados federados se preparavam para assegurar a sua sobrevivência, no quadro da transição ao capitalismo, a Jugoslávia explodiu (1991). Mas, ao contrário do que foi escrito muitas vezes, se a Alemanha e a França reconheceram muito depressa as independências da Eslovénia e da Croácia, não foi em nada para enquanto países imperialistas (que, alias, são !) ajudar e acelerar a explosão (o clássico dividir para reinar), foi pelo contrário para evitar a todo o custo mudanças indesejáveis. O imperialismo era *contra* a explosão da Jugoslávia, exactamente como foi *contra* a explosão da URSS e é *contra* a explosão da Rússia ou da China « popular ». Mas, convencido que a Jugoslávia, mais cedo ou mais tarde, iria explodir, era imperativo que isso acontecesse *sem modificações das fronteiras, sem ter em linha de conta o factor étnico-nacional* : as fronteiras administrativas titistas tinham absolutamente que vir a se tornar as novas fronteiras internacionais. Que quer isto dizer ? No tempo da Croácia titista, este país não era um Estado-nação : a sua constituição dizia que a Croácia era o país dos Croatas e dos Sérvios da Croácia, isto é, havia duas nações reconhecidas, e algumas mais nacionalidades (isto é, no vocabulário político titista, minorias nacionais). A nação sérvia estava dividida, e havia regiões onde era maioritária em cinco Estados federados (Croácia, Bósnia, Montenegro, Sérvia e Macedónia), mas isto não era excessivamente grave, precisamente porque havia a Jugoslávia. A partir de 1991, *não se mudou o lugar das fronteiras titistas, mas a natureza das mesmas*. A Eslovénia, mas sobretudo a Croácia, tornou-se Estado-nação, e os Sérvios tornaram-se uma simples nacionalidade e foram cada vez mais expulsos do exército, da administração, etc. (obviamente acusados, colectivamente, de fazer o jogo de Belgrado). Acontece que os Sérvios representavam 70% da população da Crajina croata : ora, ninguém, nos quadrantes democráticos da Europa, defendeu o direito à autodeterminação. Pelo contrário, ergueu-se catastroficamente a multi-etnicidade e a cidadania *contra* a autodeterminação : os Estados, para evitar o precedente de mudanças de fronteiras ; os democratas porque os Sérvios tinham que ficar numa Croácia multi-étnica. Só que já não o era, e a demissão dos democratas na reivindicação da autodeterminação (e, neste caso, da unificação com a Sérvia), deu uma base social aos senhores de guerra e aos nacionalistas extremistas. Impedidos de aderir à Sérvia, os Sérvios da Crajina tentaram organizar a sua autarcia regional, e obviamente consideraram os 30% Croatas da Crajina como uma quinta coluna : procederam a uma limpeza étnica contra estes últimos. Depois,

em 1995, a Croácia rearmada pelos Estados Unidos esmagou o poder regional sérvio da Crajina, e por sua vez efectuou uma verdadeira operação de limpeza étnica contra os Sérvios. Aquela região está hoje quase vazia. O mesmo cenário se voltou a produzir, a uma escala mais vasta, para a Bósnia : as regiões de maioria sérvia (Banja-Luka, zona Leste, etc.) e croata (hinterland dálmata) foram impedidas de exercerem o seu direito à autodeterminação, e aderiram assim ao nacionalismo extremista. Os tais Muçulmanos, entre os dois campos, foram obviamente os mais vitimados quando, no início, preferiam ficar na Jugoslávia.

Quer tudo isto dizer que a causa do conflito não é a etnicidade, *é exactamente o contrário* : uma causa importante foi a *não tomada em linha de conta da etnicidade, a sua não-inclusão no programa da democracia política*. Obviamente, muitas zonas eram multi-étnicas : mas a condição *sine qua non* da protecção dos direitos das minorias (em cada zona) era o direito das maiorias a se poderem auto determinarem. Foi exactamente o que fizeram os Russos dos países bálticos : podia-se dizer que, como havia 40% de Russos naquela região geopolítica, os países bálticos deveriam ficar numa Rússia multi-étnica. O que ocorreu foi que essas comunidades votaram maioritariamente para a independência, não se ergueram contra a autodeterminação das maiorias letonas, lituânias e estonianas e desta feita asseguraram, embora continuasse a haver problemas, a sua permanência no lugar. Uma ofensiva política para um debate democrático sobre as nacionalidades em 1991 não era algo de impossível : mas as correntes democráticas, jugoslavias ou europeias, integraram o paradigma da primazia do Estado e da não-modificação das fronteiras. De facto, as modificações de fronteiras são aceites por esses correntes, só quando há uma determinada situação colonial : não quando se trata do desejo de uma nação de se separar de uma outra nação.

E o Kosovo ? Será que esta última crise não destruirá o que acabou de ser dito, visto neste caso a Nato ter defendido o direito dos Albaneses ? Não. A suposta contradição entre as atitudes da Nato para com a Turquia (no caso do Curdistão) e no caso do Kosovo, não existe. No caso da Turquia, a Nato (e todos os países membros, incluindo a França e Portugal) apoiam a Turquia contra a autodeterminação de uma nação oprimida. E no caso do Kosovo..., *é exactamente a mesma coisa !* O que determinou a intervenção aérea da Nato não foi a hostilidade contra um ditador (não faz parte da tradição da Nato combater as ditaduras). A única coisa que a Nato realmente considerou internacionalmente perigoso na política de S. Milosevic foi o extremismo deste ao suprimir a autonomia titista do Kosovo : ele acentuou a pressão sérvia sobre os Albaneses da região e *tal incitou-os a reivindicar a independência*. O único objectivo da Nato (quer seja na etapa de Rambouillet, quer na da intervenção militar) foi o de Milosevic regressar à autonomia, isto é, *evitar a todo o custo a independência mediante a separação de um Estado internacionalmente reconhecido*. A intervenção da Nato foi uma operação *contra* a autodeterminação dos Albaneses do Kosovo. Há uma *profunda coerência* entre a política da Nato na Turquia e no Kosovo.

É interessante também examinar qual foi a atitude das correntes tradicionalmente anti-imperialistas, em Portugal e França por exemplo, no caso do Kosovo. Essas

correntes foram contra a intervenção da Nato, por toda uma série de boas razões, apesar de serem a favor da autodeterminação do Kosovo. O Kosovo apareceu como colonizado violentamente pelo Estado sérvio. No entanto, ser só contra a intervenção militar não dava também nenhuma solução. Ninguém parece ter pensado na questão principal, pelos menos demograficamente, a saber : *o tratamento democrático da questão nacional sérvia*. Porque é que o nacionalismo extremista sérvio tinha e ainda tem uma tão potente base social ? Como enfraquecer o poder interno de Milosevic (enquanto os bombardeamentos só o estavam a reforçar) ? O poder de Milosevic residia precisamente *na permanência da ausência de resolução da questão nacional sérvia*. Desde a explosão da Jugoslávia, a nação sérvia, como vimos, ficou dividida : há regiões de maioria sérvia em cinco países diferentes. O caso mais flagrante é a manutenção de uma *Republika srbska* na Bósnia (região de Banja-Luka), que não tem direito a se unificar com a Sérvia. A meu ver, o ponto em que os anti-imperialistas falharam, é ao defender só os direitos dos Albaneses do Kosovo, e não o direito da nação sérvia à reunificação, tal como foi feito para a nação alemã. Devia ter-se negociado com a ditadura de Milosevic na base combinada da autodeterminação para o Kosovo (com garantias dos direitos da minoria sérvia) e do direito à reunificação da *Republika Srbska* da Bósnia com a Sérvia. Nesta base, Milosevic não podia já defender os mitos medievais sagrados do Kosovo perante a sua população. E, ao contrário do que se pode pensar, essa reunificação não viria a fortalecer Milosevic : o início da resolução da questão nacional sérvia ia enfraquecer imparablemente *a base social do nacionalismo extremista sérvio*. Obviamente que o respeito das identidades populares e a sua expressão democrática não estava nada na cultura da Nato. Mas eu queria aqui sublinhar só que os nossos fiéis anti-imperialistas falharam na tentativa de ajudar ao enfraquecimento do poder de Milosevic e na expressão de um internacionalismo eficaz, confundido este com o anti nacionalismo : segundo eles, sim senhor, o Kosovo colonizado podia ser independente, mas não senhor, o factor étnico sérvio não era relevante. Afinal, toda a gente deixou Milosevic conduzir a sua própria nação à catástrofe, à ruína e a uma divisão mais forte do que nunca (o Montenegro, por exemplo, quer sair da actual Jugoslávia, não porque parou de ser sérvio, mas para romper com o poder político de Milosevic).

Última observação: já sublinhei que os problemas étnicos *nunca* aparecem sozinhos, e que a identidade étnica *nunca* é a identidade única ; os indivíduos misturam sempre várias identidades, e há sempre problemas sociais por detrás da exacerbação das tensões étnicas. Mas a dimensão étnica mantém-se, ao nível da democracia política, uma das mais subestimadas, a grande proveito dos extremistas. É também o que acontece em Angola.

Desespero angolano

Porque é que a guerra parou em Moçambique e continua em Angola ? Obviamente, não há uma única razão, são várias e uma, muito importante, é que Moçambique felizmente não tem petróleo nem diamantes. A heterogeneidade étnica é tão importante em Moçambique como em Angola. No entanto (resumindo muito), pode-se dizer que, na grande colónia do Índico, só havia uma elite capaz de se apropriar do projecto de Estado-nação moderno, a elite do Sul de extracção ronga, changane e mestiça. Os outros velhos núcleos de elite tinham sido completamente marginalizados pela história do século xx (nomeadamente a mudança da capital) e não foram capazes de produzir verdadeiros focos de autonomia política. Assim a Renamo surge como uma coligação social e etnicamente heterogénea de marginalidades, mas toda a sua ideologia é a de imitar a Frelimo, as suas palavras, a sua organização, para *entrar na nação dela*. A Renamo não produz a ideologia de « autenticidade » da Unita. A história de Angola é muito diferente (resumindo muito também). Nunca houve mudança de capital, o que permitiu à elite crioula (negra, mestiça, branca) de preservar uma relativa força social pelo simples facto da sua integração (embora subalternizada) no mundo moderno do Estado português. Mas no Norte, a nação Bacongo conseguiu também manter uma força económica e social graças aos grupos que se estabeleceram sobretudo como comerciantes nos territórios de colonização belga e francesa. E no Centro e Centro-Sul, de condições ecológicas favoráveis a maiores concentrações populacionais, os herdeiros dos antigos reinos guerreiros e comerciantes, conseguiram produzir uma elite ovimbundu no quadro da expansão missionária. Essas elites são totalmente diferentes. Enquanto a de Luanda é mais kimbundu, mais católica (e quando protestante, mais metodista), trabalha mais nos pequenos serviços burocráticos que o colonialismo deixa aos assimilados e mestiços, a do Norte é mais bacongo, quando protestante (sobretudo baptista) e trabalha mais quer na agricultura quer no comércio e na especulação urbana em Kinshasa ; e aquela do Centro é mais ovimbundu, quando protestante sobretudo congregacionista e conhece uma grande diversidade de ocupações. Isto é, étnica, social, religiosa e economicamente, essas três elites principais do país têm trajectórias diferentes, incluindo no nível do imaginário. São mundos diferentes : mas, ao contrário de Moçambique, há três elites cujas forças são suficientes para combater para a liderança do projecto de nação e a posse do Estado. São *socialmente rivais*, enquanto em Moçambique as marginalidades só combatem para *entrar* na nação dominante. Hoje, os Bacongos já não têm expressão política unida e própria, mas a « sociedade do MPLA » e a « sociedade da Unita » mantiveram-se. O meu intuito não é estudar a Unita e quero dizer (só para evitar falsos debates) que não tenho nenhuma simpatia por Jonas Savimbi. Mas fica claro que, num processo democrático, a regra da « maioria » não pode ser só da maioria política, porque será sentida como social e etnicamente excludente, sobretudo num contexto de partido senão único, pelo menos ultra-hegemónico e de Estado neopatrimonial e quase privatizado. Não é nada

democrática e traz processos de marginalização. A « minoria », enquanto parte da sociedade (não estou falando de partidos políticos), não pode aceitar perder a sua parte das riquezas do país porque perdeu as eleições. Não há democracia sem respeito das minorias pela maioria.

Ora, avançar neste sentido impõe, mais uma vez, a reintegração do factor cultural em geral e étnico em particular, na democracia política. Em Angola, para negociar a paz, é preciso pôr a charrua à frente dos bois. A força de um Jonas Savimbi não é só a sua maquiavélica capacidade de manobra política, mas a sua capacidade em aparecer como a última barreira à aniquilação de certos grupos. Tudo isto significa que o principal não é negociar « condições de segurança » para a participação da Unita em novas eleições. O principal é, mesmo que a guerra inicialmente continue, discutir com todas as partes, em primeiro lugar, o futuro mais longínquo, isto é uma constituição política do país que garantiria o lugar social de todos. Isto implica um contexto democrático permitindo discussões o mais abertas possíveis sobre um conjunto de questões : por exemplo, repensar as regiões do país para que melhor correspondam com as realidades vividas (incluindo, mas não só, as etnicidades), dar poderes reais (incluindo fiscais) a essas regiões renovadas, escolarizar em línguas africanas (incluindo para depois aprender o português), imaginar processos que induzam no funcionamento do poder político uma atenção às questões de equilíbrio étnico sem no entanto dar poderes particulares às etnicidades. Em Angola, é preciso discutir já depois de amanhã, para credibilizar as negociações técnicas de amanhã.

No Estados da periferia do capitalismo, não há aquela força centrípeta que houve, por exemplo, na Terceira República francesa (1873-1940). Quando há progresso social (escola pública gratuita, hospitais, infra-estruturas, etc.), uma opressão étnica torna-se possível porque o Estado traz ao mesmo tempo a promoção. Assim, muitos Judeus, Bascos, Bretões, Corsos, etc., integraram-se totalmente na nação França, às vezes perdendo completamente a sua identidade originária. Mas no caso da periferia, quando o Estado é etnicamente opressor e não traz a promoção social, isto produz polarizações e reacções étnicas anti-estatais que podem ser utilizadas por tal ou tal corrente política. É por isso que digo sempre que, nesses Estados da periferia socialmente não promotores, Léopold Sédar Senghor enganou-se ao dizer que “em África, o Estado precedeu a nação”. Aquele nacionalismo de Estado não só não produz a nação, mas destrói o Estado.

A construção da nação, isto é da identidade nacional em África, só poderá advir de um respeito dinâmico e completo da diversidade cultural. A coesão interna não pode vir da repressão, mas do facto de os povos *sentirem* que aquela república é a garantia do seu progressos económico, social, cultural e étnico.

A culpa não está na etnicidade, está sim, e de forma mais relevante, nas elites que, por um lado, usam no dia a dia os clientelismos tribais, mas, pelo outro, no plano macro-político, se mostram incapazes de imaginar o futuro fora do mimetismo do Estado jacobino europeu.

